

**Gestão 2024-2026**

Procurador-Geral de Justiça  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siuffi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Luiz Gustavo Camacho Terçariol**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)



## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**RESOLUÇÃO Nº 19/2024-PGJ, DE 10 DE JUNHO DE 2024.**

*Altera a Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da atribuição disposta no inciso V do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e

CONSIDERANDO a publicação da Lei nº 14.857, de 21 de maio de 2024, que alterou a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha),

RESOLVE:

**Art. 1º** O art. 5º da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, passa a vigorar acrescido de §2º-A, com a seguinte redação:

*“Art. 5º.....*

*§ 2º-A Nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, o nome da ofendida ficará sob sigilo.*

*.....” (NR)*

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande-MS, 10 de junho de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2754/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Campo Grande em 4.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2752/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0866422-08.2023.8.12.000, em trâmite na 4ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos da comarca de Campo Grande, em 4.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2724/2024-PGJ, DE 4.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Ricardo Benito Crepaldi para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande em 11.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2721/2024-PGJ, DE 4.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Costa Rica em 5.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2722/2024-PGJ, DE 4.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Costa Rica em 11.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2720/2024-PGJ, DE 4.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Pedro Gomes em 4.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2700/2024-PGJ, DE 29.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 2226/2024-PGJ, de 9.5.2024, que designou o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza para atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Maracaju em 29.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2699/2024-PGJ, DE 29.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara Criminal da comarca de Ponta Porã em 29.5 e 5.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2684/2024-PGJ, DE 29.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Regina Dornte Broch para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara do Tribunal do Juri da comarca de Campo Grande em 28.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2651/2024-PGJ, DE 28.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Porto Murtinho em 29.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2732/2024-PGJ, DE 4.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Água Clara em 29.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2736/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva 5 (cinco) dias de folga compensatória de 15 a 19.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2737/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral 1 (um) dia de folga compensatória em 17.6.2024, por ter coadjuvado as eleições de 2020, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2738/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral 3 (três) dias de folga compensatória de 22 a 24.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023; e tornar sem efeito a Portaria nº 2380/2024-PGJ, de 14.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2739/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo 3 (três) dias de folga compensatória de 10 a 12.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2740/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira 1 (um) dia de folga compensatória em 1º.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão extraordinário, na aplicação e fiscalização das provas escritas de Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual realizadas em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2741/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira 2 (dois) dias de folga compensatória em 27 e 28.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2742/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão 5 (cinco) dias de folga compensatória de 29.7 a 2.8.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2743/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão 5 (cinco) dias de folga compensatória de 5 a 9.8.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2018/2019, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2758/2024-PGJ, DE 6.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres 5 (cinco) dias de folga compensatória de 8 a 12.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2744/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Érica Rocha Espindola 5 (cinco) dias de folga compensatória de 21 a 25.10.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2745/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas 5 (cinco) dias de folga compensatória de 23 a 27.9.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2746/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Ana Lara Camargo de Castro 3 (três) dias de folga compensatória de 3 a 5.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2019, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2677/2024-PGJ, DE 29.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado 5 (cinco) dias de folga compensatória de 29.7 a 2.8.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2678/2024-PGJ, DE 29.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 1 (um) dia de folga compensatória em 3.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2679/2024-PGJ, DE 29.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Jamusse 2 (dois) dias de folga compensatória em 15 e 16.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2680/2024-PGJ, DE 29.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior 2 (dois) dias de folga compensatória em 10 e 11.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2682/2024-PGJ, DE 29.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior 1 (um) dia de folga compensatória em 12.7.2024, por ter coadjuvado as eleições de 2018, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça





**PORTARIA Nº 2734/2024-PGJ, DE 4.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 2171/2024-PGJ, de 7.5.2024, que estabeleceu a escala de plantão integrado da Administração Superior da Procuradoria-Geral de Justiça referente ao inciso III do artigo 5º da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO	MEMBRO
9 (19h01min) a 16.9.2024 (11h59min)	Clarissa Carlotto Torres
25.11 (19h01min) a 2.12.2024 (11h59min)	Renata Ruth Fernandes Goya Marinho

- passe a constar:

PERÍODO	MEMBRO
9 (19h01min) a 16.9.2024 (11h59min)	Daniela Cristina Guiotti
25.11 (19h01min) a 2.12.2024 (11h59min)	Daniela Cristina Guiotti

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2750/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, a partir de 5.6.2024, as férias regulamentares da Procuradora de Justiça Lucienne Reis D’Avila concedidas por meio da Portaria nº e-1349/2023-PGJ, de 27.10.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2648/2024-PGJ, DE 28.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, de 15 a 24.7.2024, referente ao período aquisitivo 2023/2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2706/2024-PGJ, DE 3.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº e-1497/2023-PGJ, de 16.11.2023, na parte que concedeu ao Procurador de Justiça Marcos Fernandes Sisti 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos de 3 a 12.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2655/2024-PGJ, DE 28.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Adhemar Mombrum de Carvalho Neto abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária a partir de 23.11.2019, até completar as exigências para aposentadoria compulsória, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5.7.2005, e dos artigos 73 e 75 da Lei nº 3.150, de 22.12.2005 (PGA nº 09.2023.00002752-0).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2695/2024-PGJ, DE 29.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar as servidoras Raíssa Bernardino Campos e Rosinei Escobar Xavier, Técnicas I, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão Processante para apurar os fatos constantes no PGA nº 09.2023.00013129-8.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2747/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Revogar a Portaria nº 2055/2024-PGJ, de 6.5.2024, na parte que designou o servidor Rafael Ademar Lemos de Moura para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão Mista de Segurança da Tecnologia da Informação e Crimes Cibernéticos.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2748/2024-PGJ, DE 5.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Widya Carla Ribeiro da Fonseca Oshiro, Técnica I, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão de Acompanhamento do Planejamento e Execução dos Projetos de Construção, Reforma e Ampliação dos Edifícios-Sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, instituída pela Portaria nº 2360/2024-PGJ, de 14.5.2024; passando a referida comissão a ter a seguinte composição: Angela Rezende do Amarante, Daniel Piatti, Djene de Souza, Gabriela Bernardes Lima, Jose Luiz Alvarenga de Oliveira, Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, Renata Caroline Pereira de Macedo, Thaís da Silva Rodrigues e Widya Carla Ribeiro da Fonseca Oshiro.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2683/2024-PGJ, DE 29.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais dos Contratos nºs. 24/PGJ/2024 e 25/PGJ/2024, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Luís Henrique Zaidan Blecha, Analista; 3.1) Suplente – Poliana Carolina Marquesini, Analista (PGA nº 09.2023.00006913-2).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2703/2024-PGJ, DE 3.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo nº 09.2024.00004476-7, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 2.1) Suplente – Paulo Roberto da Silva, Técnico I.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2704/2024-PGJ, DE 3.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 11/PGJ/2024, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestor – Diego Servulho da Silva Maluf Ferreira, Chefe do Departamento de Governança de TI; 1.1) Suplente – Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Frederick Werner Castellani Viacek, Chefe do Departamento de Sistemas de Informação; 3.1) Suplente – Daniel Rodrigues Duarte, Chefe da Divisão de Desenvolvimento (PGA nº 09.2023.00011844-0).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2735/2024-PGJ, DE 4.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Diogo Banzer da Motta, ocupante do cargo em comissão de Diretor da Secretaria do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, do Quadro do Ministério Público Estadual, como gestor do convênio decorrente do Processo nº 09.2023.00004780-5.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 024/2024/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

**1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000873-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Maria das Dores de Oliveira Viana, Município de Deodápolis e Obra Prima Construtora Ltda - Assunto: Apurar eventual superfaturamento nos aditivos realizados no contrato administrativo nº 017/2016, referente ao processo licitatório nº 45/2016, firmado pelo Município de Deodápolis/MS e a empresa Obra Prima Construtora Ltda., para construção dos pontos de parada de ônibus existentes nos acessos as linhas rurais do Município de Deodápolis/MS. **2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000459-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Deodápolis - Assunto: Apurar eventuais irregularidades jurídico-ambientais na gestão dos túmulos do cemitério municipal de Deodápolis. **3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001683-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Francisco Junqueira Franco, João Martins Andorfato e Lago do Mimoso Agropecuária e Construção Ltda. - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no corte de árvores nativas localizadas em área de Reserva Legal, ocorrido no interior da propriedade rural denominada Fazenda Andorfato. **4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001793-9** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Rochedo - Assunto: Apurar



irregularidades na Unidade Mista de Saúde Senhor Bom Jesus da Lapa - Rochedo/MS, bem como eventuais responsabilidades daí decorrentes. **5) Inquérito Civil nº 06.2018.00002705-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Iolanda Pascoal Pereira de Moraes - Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da Fazenda Nazaré. **6) Inquérito Civil nº 06.2019.00001074-0** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - **SIGILOSO**. Advogado: Ronaldo de Souza Franco - OAB/MS nº 11.637. **7) Inquérito Civil nº 06.2020.00000184-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó - **SIGILOSO**. **8) Inquérito Civil nº 06.2020.00000818-8** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Campo Grande e Solurb Soluções Ambientais Spe Ltda. - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do processo de licenciamento ambiental para instalação do aterro sanitário "Ereguaçu", próximo da APA do Guariroba, requerido pela concessionária Solurb Soluções Ambientais - SPE Ltda. **9) Inquérito Civil nº 06.2020.00001355-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Eduardo Nascimento Oliveira - Assunto: Averiguar o desmatamento de 77,16 ha de vegetação nativa em áreas de fitofisionomia de Savana (cerrado) - Arborizada (campo cerrado, cerrado aberto) - Sem floresta-de-galeria (Sas), sem autorização do órgão competente, na Fazenda Toca da Anta localizada em Ribas do Rio Pardo/MS, conforme Parecer n. 378/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **10) Inquérito Civil nº 06.2021.00000129-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: David de Oliveira Gouvea e Itapeva Florestal Ltda - Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 10,53 hectares de vegetação nativa, ocorridos na Fazenda Santa Alda 1, localizada em Ribas do Rio Pardo/MS. **11) Inquérito Civil nº 06.2021.00000276-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luís Roberto Stelutti - Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de possível supressão vegetal de 3,32 ha ocorrido na Fazenda Progresso Santa Helena no município de Ribas do Rio Pardo/MS. **12) Inquérito Civil nº 06.2021.00000277-6** - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Nelson Aparecido dos Santos - Requerido: Município de Selvíria - Assunto: Apurar possível fraude na aquisição do Sítio Selvíria, de matrícula 6.415 do CRI de TL, declarado de utilidade pública para fins de desapropriação por decreto do Prefeito Municipal José Fernando Barbosa (Decretos 184 e 23, de 20/12/2018 e 14/06/2019, respectivamente). **13) Inquérito Civil nº 06.2021.00000524-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sebastião Roberto Diniz Comelli - Assunto: Apurar o déficit de 0,2 hectares com ausência de vegetação arbórea densa nas áreas delimitadas como Reserva Legal (fora das APPs) e eventuais processos erosivos e déficit em 0,2 hectares com ausência de vegetação arbórea densa na Fazenda Estância Marcela, em Angélica, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 050/2020 CEIPPAM/LASANGE - UEMS (Programa SOS Rios Projeto Córrego Engano). **14) Inquérito Civil nº 06.2021.00000947-0** - 1ª Promotoria de Justiça de Angélica - Requerente: CAOMA - Requerido: Sebastião Roberto Diniz Comelli - Assunto: Apurar o déficit que totaliza 5 hectares vegetação arbórea densa, sendo 02 ha em área de Reserva Legal e, 03 ha em Área de Preservação Permanente, eventuais processos erosivos e déficit em Área de Preservação Permanente na Estância Marcela Parte - A, em Angélica-MS, sem autorização ambiental competente, conforme Parecer nº 031/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios). **15) Inquérito Civil nº 06.2021.00001200-8** - 76ª Promotoria da Saúde da comarca de Justiça de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: UBS Jockey Club - Assunto: Apurar as medidas adotadas pela SESA para corrigir as irregularidades sanitárias e estruturais apontadas pelo Relatório de Fiscalização realizado pela Câmara Municipal na UBS JOCKEY CLUB. **16) Inquérito Civil nº 06.2021.00001274-1** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Rio Brilhante - Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar irregularidades relacionadas à contratação de médico para o cargo de médico auditor do SUS nesta cidade de Rio Brilhante/MS. **17) Inquérito Civil nº 06.2022.00000009-3** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Pedro Alberto Pugliesi - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Estância Canaã II, localizada parcialmente na APA do Guariroba, diante das informações constantes no Relatório n. 242/2021/UC-GFAV/SUFGA/SEMADUR. **18) Inquérito Civil nº 06.2022.00000247-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Terezilha Furtado da Silva - Assunto: Apurar desmatamento de 2,37 hectares de vegetação nativa, na Estância Santa Clara, em Terenos, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 348/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **19) Inquérito Civil nº 06.2022.00001043-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó - **SIGILOSO**. **20) Inquérito Civil nº 06.2023.00000144-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Incorporadora Silva & Cia LTDA. e José Erasto Pontes - Assunto: Apurar a supressão de 6,51 hectares de vegetação nativa remanescente e em área de Reserva Legal, dentre os quais 1,27 hectares correspondem a vegetação de Mata Atlântica, e supressão de 3,06 hectares





de vegetação nativa em área de Reserva Legal, no interior do imóvel rural Área 1W Fazenda Santo Antônio da Patrulha, CARMS0067795, situado no município de Ribas do Rio Pardo/MS, no período de 10/05/2022 a 19/07/2022, sem autorização do órgão ambiental competente. **21) Inquérito Civil nº 06.2023.00000181-9** - 26ª Promotoria de Justiça de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana localizada nas coordenadas 20°24'45.66"S, 54°37'35.44" W, Bairro Vila Nasser, de propriedade do Município de Campo Grande, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 034/2022, e as devidas providências para sua recuperação e preservação. **22) Inquérito Civil nº 06.2023.00000381-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro – **SIGILOSO**. **23) Inquérito Civil nº 06.2023.00000517-0** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da área de preservação permanente da nascente localizada nas coordenadas 20°29'18.06"S, 54°40'51.188"W, com acesso pela Avenida Duque de Caxias, entre a Rua Itatiaia e a Avenida Brasil Central, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 079/2022, e as devidas providências para sua preservação. **24) Inquérito Civil nº 06.2023.00000642-5** - 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Angélica - Assunto: Apurar eventual superlotação em sala de aula na Escola Municipal extensão Maria Beatriz da Cruz. **25) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000690-3** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Campo Grande - MS - Assunto: Acompanhar a implementação do Plano Municipal da Primeira Infância na Comarca de Campo Grande-MS. **26) Inquérito Civil nº 06.2023.00000813-4** - 2ª Promotoria de Justiça de Amambai - Requerentes: Ana Fantuci Vitoriano, Daiane Franco, Paula Franco, Nilva Domingues e Gislene Vitoriano Lopes - Requerido: Município de Amambai - Assunto: Apurar possível ocorrência de erosão próxima a moradias localizadas na Rua Aluizio de Souza, no município de Amambai-MS. **27) Inquérito Civil nº 06.2023.00000919-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antolina Carvalho - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,83 hectares em área declarada como Consolidada e Área de Reserva Legal, na Fazenda Divisa - Parte IV, em Caracol/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 372/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **28) Inquérito Civil nº 06.2023.00000938-8** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Paranaíba – **SIGILOSO**. **29) Inquérito Civil nº 06.2023.00000987-7** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Gullich de Andrade e Cia Ltda. e Irmgard Gullich de Andrade - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 12,4388 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Gullich, em Terenos/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 10014/2022 e Laudo de Constatação nº 13082/2022. **30) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001082-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bonito - Assunto: Apurar eventuais irregularidades envolvendo a locação do prédio onde funciona a sede da Secretaria Municipal de Educação. **31) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001118-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara de Vereadores de Corguinho - Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos repasses feitos pela Câmara de Vereadores de Corguinho à União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul (UCVMS). **32) Inquérito Civil nº 06.2024.00000055-7** - 43ª Promotoria do Consumidor da comarca de Justiça de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul - FFMS - Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Municipal Jacques da Luz Filho (Estádio das Moreninhas). **33) Inquérito Civil nº 06.2024.00000368-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul - Requerida: Carlota Rensi Meneghel - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,796 hectares em área de Reserva Legal, integrante do Bioma Cerrado, na Estância 3M, em Nova Alvorada do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 013490/2023, Laudo de Constatação nº 017115/2023 e Manifestação Técnica nº 031/2023/IMASUL. **34) Inquérito Civil nº 06.2024.00000404-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Ingrid Rafaela Bueno Medeiro - Assunto: Apurar possível dano ambiental em decorrência de maus-tratos a animal canídeo.

Campo Grande, 7 de junho de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP



## COMISSÃO ELEITORAL

## AVISO Nº 002/2024/CE-CGMP

A COMISSÃO ELEITORAL DESIGNADA PELO PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, BIÊNIO DE 2024/2026, comunica o resultado da eleição realizada em reunião extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça no dia 10 de junho de 2024:

**Corregedor-Geral do Ministério Público:**

Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes:

- 37 (trinta e sete) votos, e 1 (um) voto branco.

Campo Grande, 10 de junho de 2024.

OLAVO MONTEIRO MASCARENHAS

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão Eleitoral

EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA

Procurador de Justiça

Membro da Comissão Eleitoral

MARIGÔ REGINA BITTAR BEZERRA

Procuradora de Justiça

Membro da Comissão Eleitoral

JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO

Procurador de Justiça

Membro da Comissão Eleitoral

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 030/CONV-MPMS/2024, CELEBRADO ENTRE MPMS E O MUNICÍPIO DE DOURADOS**

Processo: 09.2024.00005452-1

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Romão Avila Milhan Junior**;
- 2- **MUNICÍPIO DE DOURADOS**, representada por seu Prefeito, **Alan Aquino Guedes de Mendonça**; por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde - SEMS**, representada por seu titular, **Waldno Pereira Lucena Júnior**; da **Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS**, representada por sua titular, **Fabiana Baggio Cassel**; e da **Secretaria Municipal de Educação – SEMED**, representada por seu titular, **Carlos Vinícius da Silva Figueiredo**.

Amparo legal: Artigo 129, IX, da Constituição Federal; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e Resolução Sefaz nº 2.093, de 24 de outubro de 2007.

Objeto: Estabelecer a mútua cooperação técnica entre as partes para atuação concertada na construção de um fluxo de atendimento integral aos familiares de vítimas de homicídios, feminicídios ou latrocínios, consumados ou tentados, em Dourados – Projeto Acolhida, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 05.06.2024 a 05.06.2029.

Data da assinatura: 5 de junho de 2024.



## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

#### CAMPO GRANDE

#### EDITAL Nº 21/2024.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2024.00006198-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Acompanhar a regularidade do EIV objeto do Procedimento Administrativo Ambiental n. 14.528/2024-06.

Campo Grande, 07 de Junho de 2.024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.  
Promotora de Justiça.

#### EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0911688-81.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) J.C.D.S<sup>2</sup> e vítima(s) R.C.V, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência de materialidade delitiva, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 07 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

#### EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0914589-22.2024.8.12.0001, em que constam como autores/vítimas V.A.N.A e J.A.P.B<sup>4</sup>, conforme se transcreve: “Posto isso, pelas razões acima expostas, o Ministério Público Estadual, requer seja determinado o arquivamento do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do disposto no artigo 18, do Código de Processo Penal.”

Campo Grande-MS, 07 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

<sup>1</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>2</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

<sup>3</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>4</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.





## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>5</sup>, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0915930-83.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) K.C.A.S<sup>6</sup> e vítima(s) A.K.A.M, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência de materialidade delitiva, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 07 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>7</sup>, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0916067-65.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) M.I<sup>8</sup> e vítima(s) T.L.G, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência de materialidade delitiva, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 07 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>9</sup>, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0916071-05.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) M.S.P<sup>10</sup> e vítima(s) A.B.P, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência de materialidade delitiva, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 07 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

<sup>5</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>6</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

<sup>7</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>8</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

<sup>9</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>10</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>11</sup>, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0916095-33.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) A.I.G<sup>12</sup> e vítima(s) L.L, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 07 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>13</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2024.00065243-8, em que constam como investigado(a/s) Victor Hugo Aparecido da Silva Santos e vítima(s) Lojas Riachuelo S/A, conforme se transcreve: “ausente prova consistente da autoria do crime, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia e arquiva o presente Inquérito Policial”.

Campo Grande-MS, 10 de junho de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA  
Promotora de Justiça  
62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>14</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do PIC, do inquérito policial ou de qualquer outro elemento informativo da mesma natureza dos Autos nº 08.2022.00194944-5, em que constam como investigado(a/s) A apurar e vítima(s) Nilda Rodrigues Sanfilippo, conforme se transcreve: “ausente prova consistente da autoria do crime, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia e arquiva o presente”.

Campo Grande-MS, 10 de junho de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA  
Promotora de Justiça  
62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

<sup>11</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>12</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

<sup>13</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>14</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2023.00170788-7, em que constam como investigado(a/s) Edvaldo de Jesus Soares e vítima(s) Empresa de Radiodifusão Campograndense, conforme se transcreve: “ausente prova consistente da autoria do crime, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia e arquivar o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP”.

Campo Grande-MS, 10 de junho de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA  
Promotora de Justiça  
62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>15</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2024.00028885-0, em que constam como investigado(a/s) A apurar e vítima(s) Jhonatan do Carmo Silva, conforme se transcreve: “ausentes provas da autoria do crime, o Ministério Público Estadual deixar de ofertar denúncia e arquivar o presente inquérito policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP”.

Campo Grande-MS, 10 de junho de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA  
Promotora de Justiça  
62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0049/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00095130-8 em que constam como investigado Evandro Gomes Evaristo e vítima Steffani De Araujo Da Silva conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 07 de junho de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA  
Promotor de Justiça

<sup>15</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

---

**BATAYPORÃ**

---

**EDITAL Nº 0022/2024/PJ/BIP****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>16</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900111-28.2024.8.12.0027, em que constam como investigado Janielison Pereira da Silva e vítimas Claudenilso de Vecchi e Fabiana Nunes Martins, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual requer seja procedido ao arquivamento do feito, com fundamento na atipicidade da conduta, em face de sua insignificância penal”.

Batayporã, 16 de maio de 2024 .

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça em substituição legal.

---

**BONITO**

---

**INQUÉRITO CIVIL N.º 06.2019.00001608-8.****RECOMENDAÇÃO Nº0001/2024/02PJ/BTO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, através da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bonito/MS cuja representante abaixo subscreve, com fulcro no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n.º 8.625/93, no art. 6.º, XX, da Lei Complementar federal n.º 75/93, e:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do meio ambiente, adotando, para tanto, as medidas cabíveis para a correta aplicação da lei, nos termos do art. 127, *caput* e art. 129, inciso III, ambos da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o art. 225 da Constituição Federal, que determina ser obrigação do poder público a preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas, nos termos do art. 23, inciso VI, da Lei Maior;

CONSIDERANDO que é direito de todos ter acesso a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida;

CONSIDERANDO que o meio ambiente é um conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, cabendo ao Poder Público e à coletividade defendê-lo e preservá-lo;

CONSIDERANDO que, em nome dos Princípios da Prevenção e da Responsabilidade Ambiental, incumbe ao Poder Público e à coletividade defender, preservar, conservar o meio ambiente, para evitar a ocorrência de danos ambientais ou para minimizar impactos;

CONSIDERANDO ainda que a Administração Pública deve pautar suas ações no Princípio da Precaução, pelo qual havendo incertezas sobre os impactos advindos pelas diversas atividades produtivas, deve-se adotar medidas capazes de impedir os resultados lesivos desconhecidos;

---

<sup>16</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



CONSIDERANDO que as normas de ordem pública estampadas no Estatuto da Cidade estabelecem que a política urbana tem por objeto ordenar e gerenciar a função social da cidade, confrontando o direito de propriedade, tendo por diretrizes, entre outras, a garantia a uma cidade sustentável para as presentes e futuras gerações, e a ordenação e controle do uso do solo de forma a evitar o uso excessivo ou inadequado em relação à infraestrutura urbana (art. 2º, incisos I e VI, alínea “c”, da Lei nº 10.257/2001);

CONSIDERANDO as disposições legais da Lei nº 6.766/1979 – Lei do Parcelamento do Solo Urbano, e Lei nº 4.591/1964 – Lei de Condomínios e Incorporações Imobiliárias;

CONSIDERANDO que, por meio do ofício n. 3527, o IMASUL informou que o empreendimento Solar dos Lagos II encontra-se irregular, uma vez que a empresa responsável não concluiu o devido licenciamento ambiental.

CONSIDERANDO que, em razão da ausência de licenças, o IMASUL autuou o responsável pelo empreendimento Solar dos Lagos II (auto de infração n. 009835/2022 e auto de infração n. 009832/2022), bem como determinou a paralisação imediata da operação até seja emitida a devida licença ambiental de operação (notificação n. 5363/2022).

CONSIDERANDO que o empreendimento Solar dos Lagos - I também se encontra irregular, uma vez que a mesma empresa responsável não cumpriu as condicionantes das licenças ambientais de operação.

CONSIDERANDO que, em razão do descumprimento da licença operação, o IMASUL também autuou o responsável pelo empreendimento Solar dos Lagos - I (auto de infração n. 5453/2019).

CONSIDERANDO que, com relação ao empreendimento Solar dos Lagos I, tramita a ação civil pública n. 0900307-29.2023.8.12.0028.

CONSIDERANDO que, conforme acima mencionado, os empreendimentos Solar dos Lagos I e Solar dos Lagos II encontram-se irregulares perante o órgão ambiental,

Resolve RECOMENDAR:

A) ao Município de Bonito/MS que se abstenha de emitir autorização de supressão de árvores, guia para recolhimento de ITBI e, ainda, alvarás para a construção nos empreendimentos Solar dos Lagos I e Solar dos Lagos II, até que a empresa Terras de Bonito Empreendimentos Ltda regularize as pendências junto ao IMASUL.

Em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público informa que adotará as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive ajuizando ação civil pública, instaurando inquérito policial para apurar a prática de crime ambiental e, ainda, ajuizamento de ação de improbidade administrativa pelo descumprimento de leis municipais e estaduais, sendo que tais medidas poderão ser ajuizadas contra todos os recomendados e seus representantes (SANESUL, Prefeitura Municipal e IMASUL)

Encaminhe-se cópia desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, bem como seja afixada no quadro de avisos desta Promotoria de Justiça.

Encaminhe, ainda, para fins de conhecimento, a presente recomendação para o Cartório de Registro de Imóvel de Bonito e para o IMASUL.

Por fim, no prazo de 15 dias úteis, a Prefeitura Municipal de Bonito deverá informar ao Ministério Público sobre as providências adotadas.

Bonito/MS, 06 de junho de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR  
Promotor de Justiça



---

**CASSILÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 0028/2024/02PJ/CLA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00005949-3, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00005949-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A Apurar

Assunto: Acompanhamento da elaboração no novo Plano de Manejo para a APA Sub-Bacia do Rio Aporé.

Cassilândia-MS, 07 de junho de 2024

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 0029/2024/02PJ/CLA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00006205-4, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00006205-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Wagner Marcelo Monteiro Borges

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo do Inquérito Civil n. 06.2022.00000418-9.

Cassilândia-MS, 07 de junho de 2024

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça em substituição legal

---

**CORUMBÁ**

---

**EDITAL Nº 0029/2024/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1880, Centro, CEP: 19331-110, em Corumbá/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000309-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fernando Corrêa da Costa Neto

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 82,4636 hectares de vegetação nativa, integrante do Bioma Mata Atlântica, bem como, 26,1162 hectares de corte de árvores nativas isoladas, na Fazenda São Sebastião, em Corumbá/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 013210/2023, Laudo de Constatação n. 016792/2023, Parecer Técnico – PT n. 088/2023”.

Corumbá/MS, 27 de maio 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça



## IGUATEMI

## INQUÉRITO CIVIL N. 06.2022.00000980-7

## RECOMENDAÇÃO N. 0002/2024/PJ/IGU

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça subscritor, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea "b", e artigo 28, ambos da Lei Complementar n. 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Lei de Improbidade (Lei n. 8.429/1992) expressa em seu artigo 11, inciso V, que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros;

CONSIDERANDO que a Lei n. 14.133/2021, em seu artigo 5º, prevê que, na contratação pública, "serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável";

CONSIDERANDO que as licitações de variados produtos, quando realizada item por item, pode haver maior economicidade à Administração Pública, e, com isso, desrespeita os princípios da economicidade, eficácia e planejamento, a realização de licitação por lote de produtos;

CONSIDERANDO que se constatou, por meio do Inquérito Civil n. 06.2022.00000980-7, instaurado no âmbito desta Promotoria de Justiça, que a Administração Pública do Município de Tacuru, ao realizar o Pregão Presencial n. 0038/2021, Processo Administrativo 0110/2021, no ano de 2021, optou por realizar a compra de produtos por lote e não item por item;

CONSIDERANDO que, ao analisar o preço de item por item das empresas participantes do certame, constatou que havia produtos de empresas perdedoras, com preços menores do que o oferecido pela empresa vencedora;

CONSIDERANDO que, através do referido certame, a Prefeitura Municipal de Tacuru deixou de economizar R\$ 356,77 (trezentos e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério público exercer a defesa dos direitos Assegurados nas Constituições Federal e Estadual podendo, no exercício de suas atribuições, emitir recomendações dirigidas aos órgãos e entidades públicas (art. 27, parágrafo único, IV, da Lei Federal n. 8.625/93);





Resolve, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, eficiência e isonomia;

Recomendar, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes,

À prefeitura Municipal De Tacuru/MS, na pessoa do Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor Rogério de Souza Torquetti:

1) Que, em caso de realização de licitação para a compra de diversos itens, seja realizada a licitação de item por item, evitando-se a realização de compras por lotes, visando maior economicidade ao Erário do Município de Tacuru, em observância aos princípios da economicidade, eficácia, planejamento e eficiência da licitação.

A ausência de observância da medida enunciada impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar, quando cabível, as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta Recomendação.

A presente Recomendação não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, sobre a adoção ou não desta Recomendação, observados os arts. 44 e 45 e da Resolução n. 15/2007-PGJ.

Outrossim, cabe à Prefeitura Municipal de Tacuru/MS dar ampla divulgação à presente recomendação, fazendo-se publicar no site oficial e no Diário Oficial deste Município de Tacuru/MS, nos termos do art. 45, parágrafo único, da Resolução n. 15/2007-PGJ.

Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Presidente da Câmara Municipal de Tacuru-MS, para conhecimento e medidas cabíveis, no âmbito de sua competência fiscalizatória dos atos do Poder Executivo.

Por fim, remeta-se cópia desta Recomendação para a devida publicidade no Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Iguatemi/MS, 03 de junho de 2024.

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES,  
Promotor de Justiça em Substituição Legal.

#### RIO VERDE DE MATO GROSSO

#### EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0025/2024/PJ/RVG

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00091060-6 em que consta como investigado ELIVELTON GOMES DE OLIVEIRA e vítima ANA PAULA DA SILVA SOUZA, conforme se transcreve: *“Diante do exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do inquérito policial, ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP e na Súmula 524 do STF, interpretada a contrario sensu.”*

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 07 de junho de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER  
Promotor de Justiça





---

**SONORA**

---

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2024.00004157-0****PORTARIA 0001/2024/26ZE/SNR**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, caput, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Expeça-se ofício circular conforme Orientação Técnica 01/2024 do Núcleo Eleitoral, com cópia em anexo, para as autoridades dos Municípios de Sonora/MS e Pedro Gomes/MS, notadamente aos Prefeitos Municipais, Vereadores, Procuradores-Geral dos Municípios, Secretários Municipais e Chefes do Controle Interno;
3. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Às providências. Cumpra-se.

Sonora/MS, 22 de maio de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO  
Promotor de Justiça Eleitoral